

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG )  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO: ANÁLISE DO PROJETO  
POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR  
DE SOUZA RIBEIRO**

**MARIA LILIAN DIAS BOTAZINI**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO: ANÁLISE DO PROJETO  
POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR  
DE SOUZA RIBEIRO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob a orientação da Professora Hasla de Paula Pacheco do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

### **O CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DECISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR DE SOUZA RIBEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 19 de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Professora Hasla Pacheco – Orientador

---

Professora Maria Lilian Dias Botazini – Cursista

## RESUMO

Para sermos capazes de desenvolver o presente trabalho primeiramente se fez necessário que apresentássemos a Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, trazendo detalhes sobre sua localização, estrutura física, clientela que atende e a forma de constituição, para que posteriormente pudéssemos adentrar nas considerações sobre o Projeto Político Pedagógico daquela entidade de ensino elencando os temas que por ele são abordados. Uma vez superadas as fases introdutórias acima mencionadas, obtivemos sustentáculos suficientes para podermos debater a questão fulcral do trabalho que visa precipuamente esmiuçar o tópico “Processos de Decisão” do Projeto Político Pedagógico da supramencionada entidade de ensino. Para tanto buscamos detectar os pontos constantes daquele documento que são capazes de implementar uma gestão democrática, bem como, apontamos as carências existentes, as quais limitam a autonomia daquela Escola e servem de empecilho para termos uma administração escolar mais dinâmica e efetiva. Dentre os pontos positivos existentes nos processos de decisão da Escola demos ênfase ao Conselho de Ciclo salientando que ele pode vir a ser um instrumento eficiente para se obter uma maior democratização pedagógica desde que seja concedida capacidade de influência a seus membros nos destinos da Escola. Em outro diapasão, apontamos as diversas deficiências do eixo “Processos de Decisão” demonstrando, dentre outras questões, que a falta de democracia na escolha dos dirigentes da Escola em muito prejudica uma maior participação da comunidade escolar, e ainda esclarecemos que a ausência do Conselho Escola dentre os institutos de tomadas de decisão torna a Escola menos autônoma e democrática. Por derradeiro, elencamos quais atitudes que a nosso ver seriam capazes de fazer com que a Escola além de desenvolver com excelência sua primordial função seja ao mesmo tempo um instrumento capaz de concretizar os anseios não só de seus alunos, mas de todos aqueles que tenham qualquer relação com a Escola.

**Palavras-chave:** Gestão democrática, Projeto Político Pedagógico, Fortalecimento do Conselho Escola.

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	05
2- BREVE PANORAMA DA ESCOLA.....	06
3- ANÁLISE CRÍTICA DOS PROCESSOS DE DECISÃO CONSTANTES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS.....	08
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
6- ANEXO- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	16

## 1- INTRODUÇÃO

No Presente trabalho pretendemos analisar a temática “Processos de Decisão” do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias dando ênfase especial as questões referentes a gestão democrática.

A Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias se encontra localizada na zona urbana da cidade de Machado, sul de Minas Gerais, teve origem como unidade de ensino da rede estadual sendo municipalizada em 1998, conforme Resolução 8699/98- MG 10/02/98. Funciona em dois períodos: sendo que no período da manhã atende crianças dos Bairros Rurais próximos a este estabelecimento do 1º ao 5º ano. E, no período da tarde, atende do 1º ao 5º ano de escolaridade, com uma clientela dos Bairros Urbanos de seu zoneamento e Bairros Rurais.

A maioria do corpo discente é formada por crianças de poucos recursos financeiros, tendo como membros da família pessoas com baixo grau de instrução, que habitam ambientes pouco propícios ao letramento.

O quadro de funcionários é sempre insuficiente o que acarreta sobrecarga de trabalho a todos os envolvidos no processo educacional da entidade.

A autonomia da instituição é limitada e há uma grande centralização do poder nas mãos da Secretaria Municipal da Educação.

O Projeto Político Pedagógico da sobredita instituição escolar elenca dentre outros pontos quais são as finalidades da escola, demonstra a forma organizacional de sua estrutura administrativa e pedagógica, delimita o currículo a ser seguido, trata do tempo e espaços escolares, aborda como deverão ocorrer as relações de trabalho, constrói um processo de avaliação institucional com o intuito de ampliar o controle social e ainda esclarece como deverá se dar os processos de decisão dentro da estrutura escolar.

Entretanto, não existe efetiva participação do corpo discente e comunidade em sua elaboração, a bem da verdade, poucos de fato tem o poder de influenciar em suas diretrizes.

Necessário esclarecer que, a falta de uma participação mais contundente não é uma simples opção dos membros da comunidade escolar, pois, as diretrizes básicas para a confecção do Projeto Político Pedagógico são impostas à escola pela Secretaria Regional de Ensino, bem como, pela Secretaria Municipal de Educação.

Acreditamos que o PPP pode vir a ser um instrumento de grande valia na escola a partir do momento que a escola possuir autonomia em sua formulação e que este processo possa ser mutável a medida em que novos desafios apareçam no cotidiano escolar.

Destarte, podemos afirmar que o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias traz os pontos basilares a serem perquiridos pela instituição em busca da excelência no ensino.

A escolha da temática “Processos de decisão” do referido Projeto Político Pedagógico vem buscar uma análise que nos leve ao caminho democrático e participativo, algo ainda utópico nas escolas municipais de minha cidade e por acreditar que um projeto político pedagógico, que trate o tema com embasamento teórico e legal possa promover uma administração escolar mais equânime e eficiente, a qual paulatinamente será capaz de transformar esta utopia em realidade.

## **2- BREVE PANORAMA DA ESCOLA**

O eixo “Processo de Decisão” do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias defende a ideia de um processo democrático de tomada de decisão e autonomia, dispondo da seguinte forma:

A gestão democrática surge como possibilidade de aniquilar o autoritarismo enraizado no processo educativo no interior das escolas. Propor uma gestão democrática na escola é inferir autonomia à escola, que segundo Paro (2004, p.11) “[...]significa em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados como os interesses da comunidade”. E sim se dará por conquista dos interessados, desta forma tornam-se cada vez mais necessárias mudanças no processo de autoridade no interior da escola. Tal afirmação nos leva a crer que a mudança no processo de autoridade no interior da escola se dará por força das conquistas obtidas pelos próprios interessados, ou seja, os partícipes

das escolas. A instrumentalização desses partícipes é um aspecto relevante no processo de democratização da escola.

Logo em seguida, temos as indicações das formas em que se deu o processo de escolha de dirigentes da rede a qual a Escola pertence. Sendo que, conforme ali mencionado, no ano de 2010 ocorreu pela primeira vez no Município uma prova visando a certificação aos interessados em se candidatar ao cargo de gestor escolar e em seguida eleições. Fato este que serviu como instrumento ensejador de uma maior participação democrática nos processos de decisão da Escola.

Entretanto, no ano de 2013, indo de encontro à ideia de uma gestão mais democrática, tivemos um sério retrocesso e a escolha dos gestores escolares voltou a ser novamente feita através de indicação política do prefeito.

Na sequência a temática dispõe sobre o Conselho de Ciclo afirmando que o mesmo é um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva no processo ensino aprendizagem, tendo por finalidade, discutir, refletir, avaliar, planejar, diagnosticar, acompanhar, formar e construir, alterar relações e práticas escolares.

O Conselho de Ciclo é constituído por todos os professores das turmas, alunos representantes das turmas, pessoal técnico, especialista da educação e pelo diretor ou outro profissional por ele indicado.

A escola promove no mínimo quatro reuniões do Conselho de Ciclo ao longo do ano letivo ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário e estas reuniões devem ter objetivo de discussão para definir, após análise do processo ensino aprendizagem, a reformulação de currículos, classificação ou reclassificação de alunos, esclarecimentos e definições de alunos em situações limítrofes, encaminhamento de aluno a atendimento especializado, atenção às transferências e remanejamento.

Destarte, são estas as principais colocações sobre a temática: Processo de Decisão constantes do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias e daremos continuidade a este trabalho de conclusão de curso desenvolvendo uma análise crítica deste eixo do Projeto Político Pedagógico.



### **3- ANÁLISE CRÍTICA DOS PROCESSOS DE DECISÃO CONSTANTES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS**

Dentre as várias deficiências perceptíveis dentro da temática Processos de Decisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, uma que nos chama atenção sobremaneira, é a ausência de um instrumento fundamental para se obter uma real participação democrática dentro do processo de decisão da Escola - O Conselho Escola.

Segundo Navarro (2006, p. 22) “A implementação dos conselhos escolares permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada”.

Por conseguinte, que ao não criar e implementar o Conselho Escola a temática “Processos de Decisão” restou deveras prejudicada a forma de participação da comunidade escolar como um todo.

Neste sentido, nos ensinam (Ferreira de Oliveira, Nunes de Moraes e Dourado sd, p. 02) que:

O conselho Escolar deve ser o espaço onde se discutem as questões educativas e seus desdobramentos na prática político-pedagógica da escola. Nesse Sentido, o conselho Escolar têm as seguintes funções: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora.

No Brasil, as primeiras experiências com os chamados conselhos foram os conselhos comunitários que apesar de terem participação da população eram totalmente estruturados pelo poder público, sendo na verdade apenas órgãos consultivos do governo que buscava através destes conselhos legitimar a atuação do Estado.

Hoje, porém o Conselho escolar se configura como órgão de representação da comunidade escolar sendo assim, visa à construção de uma cultura de participação. Segundo Dourado (2006, p. 80):

A defesa da criação dos Conselhos Escolares vincula-se ainda à crença dos educadores de que a constituição de órgãos de participação da comunidade traz a possibilidade de os sujeitos envolvidos direta e indiretamente com a educação escolarizada participarem de forma efetiva das discussões sobre a concepção de educação e do planejamento da educação que temos e da construção da educação que queremos. Isso significa não só dizer que a escola que temos não está de acordo com os anseios dos seus usuários, mas também definir qual é a escola que se quer e como se pode fazer para que ela se torne a instituição educacional que se deseja e, ainda, como efetivar ações voltadas à garantia do financiamento público da educação básica.

Outrossim, podemos afirmar que um conselho escola, atuante, realmente eficaz e ativo no processo de decisão da escola pode ser um instrumento ensejador da participação democrática dentro da escola criando assim um campo propício à concretização da verdadeira autonomia dos processos de decisão, pois, a construção da autonomia se dá nas lutas diárias que travamos com os nossos pares no espaço onde atuamos e a autonomia escolar não se constrói de maneira diferente .

Outro ponto que demonstra a fragilidade do processo de decisão do referido Projeto Político Pedagógico é a forma como se dá a escolha de seus gestores escolares, posto que os diretores são empossados no cargo através de indicação política realizada pelo prefeito e não através de um processo eletivo em que, obviamente, seria possível uma maior e legítima participação da comunidade escolar dando azo a uma real gestão democrática.

Insta mencionar que o Plano de Cargos, Carreiras, Vencimentos e Remuneração dos Profissionais da Área de Educação do Município de Machado dispõem em seu artigo 14:

[...] as funções de confiança previstas no anexo II desta lei são **eletivas** ou de livre nomeação pelo chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os servidores ocupantes de cargo efetivo.  
Grifo nosso.

Tendo em vista o permissivo legal citado acima e, caso tivéssemos um Conselho Escola com reais funções mobilizadoras, facilmente poderíamos obter uma legítima eleição para os cargos de gestores da Escola e, em decorrência, disto obtermos uma maior representatividade dos anseios da comunidade escolar.

Com relação a eleição de diretores defendemos ainda que o Projeto Político Pedagógico deve nortear esta eleição para que haja rotatividade no quadro de diretor escolar evitando assim a perpetuação de um só membro no cargo.

Além dos pontos acima mencionados podemos elencar alguns institutos que, uma vez implementados junto a temática, seriam capazes de produzir significativas alterações positivas na comunidade escolar, sendo os seguintes:

a) Implementação da Conferência Local da Comunidade Escolar: o atual Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, não faz menção no eixo Processos de decisões à realização de uma Conferência Local da Comunidade Escolar.

Evento com objetivo de debater e estabelecer os principais eixos de atuação da Escola devendo se reunir uma vez por ano, com a participação de todos os elementos da comunidade escolar: professores, funcionários, dirigentes, alunos e seus familiares e a comunidade do entorno da escola, pois a escola é um centro de referência para o seu entorno.

b) O terceiro ponto que acredito ser falho no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias é a ausência de menção sobre o fortalecimento do Conselho Escola.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394, 20 de dezembro de 2006, estabelece em seu artigo 14 que:

Os sistemas definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola.

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Segundo Souza (2010, p. 03) em seu texto Caminhos Possíveis Na Construção Da Gestão Democrática da Escola :

[...] O Conselho de Escola é a instituição que cotidianamente coordena a gestão escolar. Ou seja, é o Conselho o órgão responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola tanto no campo pedagógico, como administrativo e financeiro. Assim como o Conselho Municipal, este Conselho é um órgão de democracia representativa e dele fazem parte representantes dos diversos segmentos da escola (professores e funcionários, alunos e seus

familiares) diretamente eleitos. Todavia, o Conselho de Escola, constituído apenas como mais uma instituição da escola, pouco adianta para o avanço da democracia.

Na Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias o conselho escola não passa de uma instituição de pouca valia nas decisões da Escola quando deveria ser um instituto capaz de implementar a democratização da Escola.

Para tanto cito algumas sugestões Camargo e Adrião (2003, p. 31 e 32), as quais, a nosso ver, seriam capazes de promover a implementação de propostas para a organização e funcionamento do Conselho de Escola, sendo as seguintes:

- [...] - Divulgar sistematicamente as reuniões e seus resultados (por meio de boletins, murais, jornais, rádio escola, assembleias, etc.);
- Utilizar diferentes instrumentos e formas para chamar a comunidade a participar da gestão da escola, promovendo discussões, manifestações culturais, mudando o funcionamento das reuniões que já são realizadas, acolhendo de maneira prazerosa os sujeitos envolvidos;
- Organizar as reuniões, com pauta previamente definida e divulgada, horário para começar e acabar, delegação de trabalhos por meio de comissões ,etc., pois a sensação de improdutividades é um dos fatores que gera as abstenções nos encontros;
- Adotar a sistemática de rodízio para a coordenação de reuniões, dado ser esta uma habilidade que se adquire ao exercê-la;
- Assumir o caráter político da gestão da escola como não contraditório ao exercício da direção da mesma;
- Realizar, sempre que necessário, uma decodificação das leis, normas, portarias e demais documentos formais, pois nem todos dominam a linguagem burocrática, enquanto outros se escondem atrás dela;
- Estabelecer coletivamente prioridades e distribuir, também de maneira coletiva, as responsabilidades pela sua operacionalização;
- Definir prioridades e metas pode e deve pressupor a seleção de recursos e prazos para serem atingidas, caso contrário a sensação será de incapacidade;
- Propiciar e valorizar as discussões prévias entre representantes e representados para subsidiar o processo de tomada de decisões;
- Procurar destinar todos os recursos existentes na escola para o favorecimento das práticas a serem adotadas pelo CE;
- Incorporar experiências populares e locais na resolução de problemas pontuais, como tática para o incentivo aos encontros coletivos (...);
- Lembrar que um coletivo articulado geralmente desenvolve instrumentos de pressão mais eficazes. Além do que, é necessário reiterar que as soluções para a restrição dos recursos públicos certamente não se resolverá na esfera da unidade escolar.

c) E por derradeiro, acreditamos que deveria constar no Projeto Político Pedagógico da referida Escola a criação de uma associação de pais com o objetivo de servir de ponto básico de organização para o segmento das

famílias dos alunos, uma vez que a representatividade do segmento dos pais é a menos articulada na realidade escolar e muitas vezes alijado das principais discussões da escola pública.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procuramos no decorrer deste trabalho analisar e salientar os pontos positivos e negativos do Projeto Político Pedagógico da Escola Comendador Lindolfo de Souza Dias dando ênfase especial a temática Processo de Decisão esmiuçando a forma como tal eixo é tratado em tal documento.

Observamos que o Projeto Político Pedagógico consagra dentre seus pontos positivos o Conselho de Ciclo que, conforme explicitado no decorrer deste trabalho, é um instrumento capaz de tornar concreta a democratização pedagógica da entidade escolar desde que seja concedida liberdade opinativa aos membros do conselho.

Por outro lado, detectamos como principal ponto negativo do Projeto Político Pedagógico a ausência de institutos que propiciassem uma efetiva participação do Conselho Escola no processo de decisão da escola. Sendo esta carência detectável precipuamente na falta de mecanismos que favoreçam esta participação.

Por conseguinte, ao constatar em nosso estudo que a ausência de um Conselho Escola forte e atuante limita em muito uma gestão democrática da Escola podemos humildemente afirmar que nossos objetivos foram alcançados na medida em que os referenciais teóricos constantes do trabalho embasaram a necessidade desta participação democrática da comunidade escolar, a fim de que a escola seja capaz de construir sua plena autonomia.

Acreditamos que o Projeto Político Pedagógico somente atingirá sua função quando de fato for um instrumento capaz de nortear as ações perquiridas pela comunidade escolar e através do presente trabalho procuramos demonstrar as formas que serão capazes de tornar concreto tal objetivo, qual seja termos uma escola que preste com excelência sua primordial função e ao mesmo tempo seja capaz de servir como instrumento realizador dos anseios de toda a comunidade escolar, tomada aqui em seu sentido amplo.

## 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº9394/2006.

CAMARGO, R. B. e ADRIÃO, T. **Princípios e processos da gestão democrática do ensino: implicações para os Conselhos Escolares**. Revista Chão de Escola, Curitiba: SISMMAC, v. 2, p.28-33, outubro de 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares. Brasília, 2006).

GONÇALVES, Jussara dos Santos e Carmo, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o processo de tomada decisão**. Disponível em <http://www.nead.unama.br/site/bibgigital/monografias/>. Acesso em 18-06-2013.

MACHADO. Plano de Cargos, Carreiras, Vencimentos e Remuneração dos Profissionais da Área de Educação do Município de Machado ( Lei Complementar nº 87 de 17 de Abril de 2012)

NAVARRO, Igenes Pinto. BRASIL. Ministério da Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares**. Vol. 5. P. 49-51. 2004

\_\_\_\_\_. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da educação escolar**. Brasília: UnB/ CEAD, 2006, p.22.)

NETO, Antonio Cabral, Maria Doninha de Almeida. **Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor; Caixa Escolar, Projeto Político Pedagógico**- Em aberto Brasília. V. 17, n 72 p.35-46 fev/jun 2000

OLIVEIRA, João Ferreira de; NUNES, de Moraes Karine; DOURADO, Luiz Fernando. **Conversando um pouco mais sobre o conselho escolar** (Disponível em <http://moodie3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em 14-06-2013 )

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Caminhos Possíveis Na Construção Da Gestão Democrática da Escola**. Disponível em <http://www.nead.unama.br/site/bibgigital/monografias/>. Acesso em 18-06-2013

**6- ANEXO – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA  
MUNICIPAL COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS.**



**E. M. COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS.**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**ADRIANE CAVALCANTE ADRADE**

**MARIA LILIAN DIAS BOTAZINI**

**NÉLY DE FÁTIMA DA COSTA**

**MACHADO, 2013**

**E. M. COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Projeto político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto vivencial sob orientação da professora Regina A. Barros de Souza do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

**MACHADO, 2013**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>1.FINALIDADE DA ESCOLA.....</b>	<b>06</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>09</b>
<b>2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>09</b>
<b>2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA.....</b>	<b>13</b>
<b>3.CURRÍCULO.....</b>	<b>17</b>
<b>4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....</b>	<b>23</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>29</b>
<b>7. AVALIAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, localizada na zona urbana. Foi municipalizada em 1998, conforme Resolução 8699/98- MG 10/02/98. Atende alunos do 1º ao 5º ano de escolaridade do Ciclo Complementar de alfabetização.

A escola funciona em dois períodos: sendo no período da manhã para atendimento às crianças dos Bairros Rurais próximos a este estabelecimento do 1º ao 5º ano. No período da tarde atende do 1º ao 5º ano de escolaridade, com uma clientela dos Bairros Urbanos de seu zoneamento e Bairros Rurais.

A escola situa-se na periferia da zona urbana, com uma população constituída em quase sua totalidade de alunos carentes, filhos de trabalhadores rurais, sitiante, assalariados, desempregados.

A escola possui um número grande de famílias com carências afetivas, problemas de desestruturação familiar. Atende muitas crianças com problemas de aprendizagem recebendo também crianças transferidas das escolas especiais.

Possui dez turmas sendo: duas de 1º ano, duas de 2º ano, duas turmas de 3º ano, duas de 4º ano e duas de 5º ano. Contando com dez professoras regentes, duas professoras eventuais, um professor de Educação Física, uma professora de Informática e uma professora de Apoio Pedagógico (readaptada) que atende alunos extra turno alternando assim seu horário de trabalho, uma diretora, uma supervisora, sete profissionais de serviços gerais e uma secretária. Todas as professoras lotadas nesta escola possuem curso superior e são pós-graduadas, além de serem capacitadas com cursos ministrados pela UNICAMP, UFMG e demais capacitações oferecidas pela secretaria da Educação e SRE.

A escola possui equipamentos necessários para atender a demanda de alunos, embora haja necessidade de ampliação e melhoras no aspecto pedagógico e na rede física. Conta com a participação Conselho Escola, Amigos da Escola, estagiários do magistério, faculdade.

A merenda escolar é acompanhada pelo CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e o cardápio da escola é elaborado por uma nutricionista que presta atendimento mensal na escola.

A escola é aberta às atividades da comunidade local: catequese, Pastoral da Criança, catecumenato e reuniões da Associação do Bairro no período da noite e aos finais de semana.

Atualmente a escola possui: 108 alunos no período da manhã e 100 no período da tarde.

A obra foi concluída em agosto de 1982. O prédio foi construído em 2 pavimentos.

No pavimento inferior há: sala dos professores, secretaria, hall, diretoria, sala de aula, sala de informática e sala de Biblioteca, instalação sanitária para os funcionários, instalação sanitário para meninas, instalação sanitária para meninos, cozinha, despensa, cantina, um pátio coberto, um pátio pequeno almoxarifado.

No ano de 2012 foi construída uma rampa de acessibilidade para atendimento às crianças com deficiência.

No pavimento superior há 05 salas de aulas, uma sala que funciona como almoxarifado.

A escola possui 03 entradas, uma na frente para uso dos funcionários e visitantes, uma entrada para carro e uma área não construída.

## 2-FINALIDADES DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico da Escola expressa às intenções da Comunidade Escolar e o compromisso dos profissionais em oferecer uma educação de qualidade contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, participativos e atuantes na sociedade.

O P.P.P. é o exercício coletivo, reflexão conjunta, ação compartilhada pela comunidade escolar para estabelecer prioridades e objetivos, adequando-os à realidade de nossa Escola. Uma escola agradável, onde o aluno possa se sentir útil e feliz.

É dever de escola garantir a equidade de tratamento e oportunidades a todos os alunos, oferecendo-lhes cuidados e atenção de acordo com suas necessidades.

A nossa Escola deve possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. Pois, é nesse universo que o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e ser ouvido, a reivindicar direitos, a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida cultural, social, política e científica do País e do Mundo.

Considerando a Escola como ambiente de educação

- Proporcionar um ambiente de educação com relações mais fraternas, participativas, humanas e solidárias.
- Sensibilizar a Comunidade educativa dos valores de que a pessoa é dotada: inteligência, liberdade, com direitos e deveres, provenientes de sua natureza. Capazes de conviver com os demais, de Ser, Estar e Agir no Mundo como pessoa criada a imagem e semelhança de Deus.
- Atuar como elemento integrante e integrador de forças que impulsionam a ação educativa perpassando as disciplinas e atividades da escola.
- Iluminar a prática educativa com o uso adequado de textos sagrados, relacionados com as crenças do educando.
- Considerando a Família e a Comunidade

- Promover a ação conjunta de todos os setores da comunidade educativa, num processo participativo, interativo, construtor, durante a elaboração, execução e avaliação de projetos.

Nossa proposta pedagógica tem em vista:

- Concretizar no coletivo da escola no planejamento e na prática do dia a dia as ações definidas como fundamentais para melhor rendimento das ações escolares.
- Oferecer oportunidades de discussão e deliberação dos diferentes membros da comunidade escolar englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras da gestão escolar.
- Repensar constantemente no dia a dia da escola com participação efetiva dos atores envolvidos na unidade escolar.
- Oferecer qualidade na formação de todos os estudantes, através de uma prática educativa adequada as necessidades da clientela, considerando os interesses e a motivação dos alunos.
- Questionar a realidade, formulando problemas e tratando de resolvê-los. Utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.
- Oferecer recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social.
- Desenvolver o domínio da língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, as coordenadas espaciais e temporais que organizam a percepção do mundo, os princípios da explicação científica e tecnológica, o domínio da leitura e interpretação que são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias na construção de seu conhecimento, assim como as condições de fruição da arte.
- Vivenciar práticas para o desenvolvimento moral, social e afetivo, contribuindo para o fortalecimento, crescimento e integração da comunidade escolar, gerando uma gestão participativa e democrática.

Segundo Oliveira:

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço

de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual são o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2003, p.01)

O Projeto Político Pedagógico é marca registrada da escola, como espaço de construção democrática, respeitado o caráter específico da instituição escolar como lugar de ensino/aprendizagem.





## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Administração é composta

- I. pela Diretoria
- II. pelo Conselho Escolar.

A Diretoria é constituída pelo Diretor observada o disposto na Legislação vigente.

À Diretoria da Escola compete:

- I. Planejar junto com os Especialistas de Educação e corpo docente, todo o trabalho escolar;
- II. Organizar, orientar, coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos educacionais desenvolvidos no estabelecimento, referentes às atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola;
- III. Envolver a comunidade escolar nas decisões sobre o funcionamento da escola (gestão participativa);
- IV. Elaborar o Projeto Político-Pedagógico, com a participação de todos os segmentos representativos da comunidade escolar;
- V. Estabelecer parcerias com empresas, buscando alternativas para a escola;
- VI. Fortalecer a ação do Conselho Escola.
- VII. Representar a escola perante os órgãos de ensino ou repartições públicas;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as determinações da SRE e SEE;
- IX. Promover o bom relacionamento de todo o pessoal da escola;
- X. Zelar pela observância do regime didático e disciplinar.

Compete ao Diretor, além da observância do Termo de Compromisso, ser o articulador político-pedagógico e administrativo da Escola, estando suas atribuições previstas em legislação específica.

Compete ao Conselho Escola, observadas as normas legais e as diretrizes estabelecidas para o setor educacional e as especificidades da comunidade escolar:

- I. Substituir o Diretor em suas ausências e impedimentos legais eventuais;
- II. Assumir as atribuições delegadas pelo Diretor da Escola;
- III. Assessorar o Diretor no planejamento, execução e avaliação de todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola;
- IV. Auxiliar o Diretor no desempenho de suas funções;

- V. Comportar-se com urbanidade e respeito no trato com o Diretor, Especialistas da Educação, alunos, pais e demais servidores;
- VI. Manter as autoridades informadas sobre a vida administrativa do estabelecimento;.
- VII. Encerrar diariamente os livros de ponto dos professores e servidores, fazendo anotações que se fizerem necessárias, no turno sob sua responsabilidade;
- VIII. Coordenar o funcionamento geral do turno;
- IX. Manter-se informado de todas as atividades desenvolvidas e de todos os assuntos relativos ao ensino de forma geral;
- X. Supervisionar a manutenção da limpeza, conservação das instalações aos auxiliares de serviços, bem como elaborar horários de trabalho;
- XI. Elaborar juntamente com as cantineiras o cardápio da merenda oferecida pela escola e fazer o controle da merenda escolar;
- XII. Manter o controle de recebimento de material, distribuição, estoque e inventários;

Outras competências assim como a finalidade as funções a constituição e o funcionamento do Conselho Escola estão previstas em legislação vigentes.

É competência do Conselho Escola:

- I – Elaborar e divulgar o cronograma de reuniões ordinárias do Conselho Escola;
- II - Aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola, do Plano de Ação e do Regimento Escolar;
- III - Aprovar o Calendário Escolar e o plano curricular da escola;
- IV - Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;
- V - Indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e afastamentos temporários;
- VI - Indicar representante para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho dos servidores, observadas as normas vigentes;
- VII - Propor parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais - ONGs;

VIII - Propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes e acompanhar sua execução;

IX - Referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal;

X - Opinar sobre a adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos, no âmbito da escola.

O Conselho Escolar reúne por convocação de seu presidente ou por, no mínimo, dois terços dos membros titulares ou, ainda, por solicitação formal da comunidade escolar dirigida aos seus representantes eleitos:

I - Ordinariamente, uma vez por mês;

II - Extraordinariamente, sempre que necessário.

As reuniões do Conselho escola devem contar com a presença de mais de 50% dos membros titulares.

Compete a Secretaria

A Secretaria tem como finalidade executar toda a escrituração da Escola, sob orientação, coordenação e supervisão do Diretor, e os seus serviços são realizados pelo pessoal que a compõe: Agente de Administração com autorização para secretariar.

Compete ao Secretário de Escola:

- I. Realizar trabalhos no âmbito da Secretaria;
- II. Colaborar com a direção da unidade escolar no planejamento, execução e controle das atividades escolares;
- III. Coordenar atividades da Secretaria e do pessoal auxiliar;
- IV. Proceder à escrituração, conforme disposto na legislação vigente;
- V. Realizar trabalhos datilografados ou digitados;
- VI. Responsabilizar-se, na área de sua competência, pelo cumprimento da legislação de ensino e disposições regimentais;
- VII. Instruir, informar e decidir sobre expediente e escrituração, submetendo à apreciação superior os casos que ultrapassem sua área de decisão;
- VIII. Zelar pela conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu setor de trabalho.

### Dos Serviços Gerais

A Escola mantém os serviços de conservação, limpeza do prédio, preparo e distribuição da merenda escolar.

Compete aos Profissionais de Serviços Gerais:

- I. Zelar pelo ambiente escolar mantendo a ordem e a harmonia;
- II. Cumprir horário, conforme legislação vigente;
- III. Desempenhar tarefas de interesse do serviço, a critério da direção da escola;
- IV. Cuidar da limpeza, movimentação e conservação dos móveis e utensílios da escola;
- V. Preparar e distribuir alimentos;
- VI. Entregar correspondência e documentos diversos;
- VII. Cuidar da portaria;
- VIII. Auxiliar o aluno com necessidades especiais em atividades de locomoção, uso de utensílios, banheiros, e outros, na ausência de outro profissional capacitado;
- IX. Conduzir o aluno até sua residência, nos casos em que se fizerem necessários.

## **2.2. Estrutura organizacional pedagógica**

### A Supervisão Pedagógica

A finalidade do serviço de supervisão pedagógica e/ ou orientação educacional é articular o trabalho pedagógico da escola coordenado e integrado ao trabalho dos professores, dos alunos e seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem.

Compete ao especialista da educação, além das atribuições previstas na legislação vigente:

- I. Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes no Plano de Desenvolvimento da Escola:
  - a) Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola;
  - b) Delinear, com os professores, o Projeto Pedagógico, explicitando seus componentes de acordo com a realidade da escola;
  - c) Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar;
  - d) Promover o desenvolvimento curricular, redefinindo, conforme as necessidades, os métodos e materiais de ensino;
  - e) Participar da elaboração do calendário escolar;
  - f) Articular os docentes de cada área para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola, definindo suas atividades específicas;
  - g) Avaliar o trabalho pedagógico, sistematicamente, com vistas à reorientação de sua dinâmica;
  - h) Participar, com o corpo docente, do processo de avaliação externa e da análise de seus resultados;
  - i) Identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho da escola;
- II. Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola:
  - a) Analisar os resultados da avaliação sistêmica feita juntamente com os professores e identificar as necessidades dos mesmos;
  - b) Realizar a avaliação do desempenho dos professores, identificando as necessidades individuais de treinamento e aperfeiçoamento;

- c) Efetuar levantamento da necessidade de treinamento e capacitação dos docentes na escola;
- d) Manter intercâmbio com instituições educacionais e/ou pessoas visando sua participação nas atividades de capacitação;
- e) Analisar os resultados obtidos com as atividades de capacitação docente, na melhoria dos processos de ensino aprendizagem.

III. Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo:

- a) Identificar, junto com os professores, as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- b) Orientar os professores sobre as estratégias mediante as quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas, em nível pedagógico;
- c) Encaminhar a instituições especializadas os alunos com dificuldades que requeiram um atendimento terapêutico;
- d) Promover a integração do aluno no mundo do trabalho, através da informação profissional e da discussão de questões relativas aos interesses profissionais dos alunos e à configuração do trabalho na realidade social;
- e) Envolver a família no planejamento e desenvolvimento das ações da escola;
- f) Proceder, com auxílio de professores, ao levantamento das características socioeconômicas e linguísticas do aluno e sua família;
- g) Utilizar os resultados do levantamento como diretriz para diversas atividades de planejamento do trabalho escolar;
- h) Analisar com a família os resultados do aproveitamento do aluno, orientando-o, se necessário, para obtenção de melhores resultados;
- i) Oferecer apoio às instituições escolares discentes, estimulando a vivência da prática democrática dentro da escola.

IV. Realizar estudos e pesquisas que fundamentam a proposta de políticas, diretrizes e normas educacionais;

V. Elaborar normas e instruções relativas ao pedagógico;

VI. Outras, compatíveis com a natureza do cargo, previstas nas normas legais aplicáveis a espécie.

A finalidade do serviço de supervisão pedagógica é articular o trabalho pedagógico da escola coordenado e integrado ao trabalho dos professores, dos alunos e seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem.

### Do Serviço do Professor Alfabetizador

Compete ao professor alfabetizador:

- I. Desenvolver o senso de responsabilidade entre alunos;
- II. Promover a recuperação de alunos, individualmente ou através de grupos de dificuldades, com ênfase no processo de alfabetização dos alunos com dificuldades de leitura;
- III. Auxiliar o regente de turma nas atividades pedagógicas e preparação do material

O funcionamento é feito conforme as possibilidades e necessidades dos alunos.

### Do laboratório de Informática

A escola mantém laboratório de informática com o objetivo de utilizar o computador como recurso audiovisual e ferramenta que favoreça a construção do conhecimento do educando.

Compete ao professor responsável pelo uso do laboratório de informática:

- I. Facilitar o uso do computador como ferramenta pedagógica capaz de auxiliar o processo de construção do conhecimento;
- II. Articular o processo de construção do conhecimento envolvendo toda a equipe escolar.

O funcionamento do laboratório de informática se faz conforme os seguintes critérios:

- I. Atendimento dos alunos do 4º e 5º anos de escolaridade;
- II. De acordo com a carga horária de o professor atender os alunos do 3º ano de escolaridade.
- III. As aulas vagas do professor de informática poderão ser usadas para aulas de reforço no laboratório de informática.

### Da Biblioteca

A biblioteca tem finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas e pesquisas.

A biblioteca funciona em horários paralelos aos do funcionamento dos turnos.

Todo o acervo da biblioteca é catalogado e registrado em livro próprio.

A organização e funcionamento da Biblioteca estão sujeitos às normas baixadas pela Diretoria da Escola, à luz da legislação vigente.



O Professor de Ensino do Uso da Biblioteca é o responsável pelo funcionamento da biblioteca e tem atribuições inerentes ao cargo especificadas em legislação própria.

Compete ao Professor de Ensino do Uso da Biblioteca:

- I. Organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro, do vídeo, do retroprojetor, do projetor de slides e de outros materiais e/ou equipamentos nela existentes, assegurando ao usuário um ambiente propício à reflexão e estimulador da criatividade e imaginação;
- II. Zelar pela conservação do acervo da biblioteca orientando o usuário, docente e discente, com vistas à adequada utilização desse acervo.
- III. Promover atividades individuais e/ou coletivas, especialmente as que estimulem os alunos a produzir textos;
- IV. Divulgar no âmbito da escola os programas de vídeo disponíveis, fazendo com que sua utilização seja instrumento de lazer, cultura, informação, humanização e socialização;
- V. Desenvolver um trabalho articulado de imagem, leitura e outras artes, buscando a integração entre Educação e Cultura como fator de melhoria da qualidade de ensino;
- VI. Colaborar com o desenvolvimento das atividades curriculares da Escola, facilitando a interdisciplinaridade e criando condições para que o aluno compreenda a realidade em que vive;
- VII. Ministras aulas do uso da biblioteca sensibilizando professores e alunos para o ato da leitura;
- VIII. Participar ativamente da vida cultural e social da comunidade escolar incentivando, por meio de promoções, o gosto pela leitura.

### **3. CURRÍCULO**

A sociedade educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. Mesmo com limitações a escola participa da formação moral dos nossos alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelo livro didático, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos e assim por diante. A liberdade do trabalho em classe implica a cooperação na atividade escolar, nesse sentido o desenvolvimento moral da criança ocorre em função do respeito mútuo, do respeito unilateral e da cooperação no trabalho escolar.

As crianças adquirem à possibilidade de aprender pela experiência o que é a obediência à regra, a adesão ao grupo social e a responsabilidade individual. Deste modo a educação do caráter resulta das próprias atividades escolares e da interação social das crianças entre si e com o adulto.

O convívio dentro da escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos.

O papel do professor é o de mediador do processo de ensino aprendizagem, sendo de sua responsabilidade mobilizar conhecimentos e propiciar aprendizagem por meio de desenvolvimento de projetos e pesquisa, incentivando os educandos a adotar uma postura crítica diante da realidade e do saber historicamente produzido.

As atividades curriculares são desenvolvidas tendo como referência as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais

Na implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de temas transversais, de modo a integrar todos os conteúdos.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;
- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

Ao longo dos Ciclos deve-se acompanhar sistematicamente os processos de aprendizagem dos alunos, utilizando de estratégias diversas de intervenção pedagógica para sanar, de imediato, as dificuldades evidenciadas, a fim de garantir que todo aluno alcance, ao final de cada Ciclo o padrão básico de desempenho esperado.

Na implementação do currículo, precisam-se respeitar os diferentes ritmos dos alunos, levando em conta suas experiências e conhecimentos já acumulados, assegurando a Progressão Continuada no Ciclo da Alfabetização e no Ciclo Complementar.

O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, devem assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação.

No Ensino Religioso assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio a Educação Física é ministrada por professor regente de aulas habilitado e, na falta deste, por professor autorizado.

Nos componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem abordar temas como: saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia. Outras leis específicas que determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97). Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e dos Adolescentes são ministrados no âmbito de

todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa e demais disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidas de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada.

O ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos, incluindo obrigatoriamente, o ensino da música, ao lado das outras manifestações culturais.

O desenvolvimento de a educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades.

O Hino Nacional é executado semanalmente considerando esta obrigação dentro do contexto de formação integral do aluno.

#### Habilidades e Competências

A escola fixa sua orientação na construção de competências por meio de desenvolvimento de habilidades nos domínios cognitivos, afetivo e psicomotor.

Os conteúdos específicos de cada disciplina agora convergem para garantir o desenvolvimento de habilidades. O conteúdo passa a ser o meio para o desenvolvimento de habilidades e competências desejadas e necessárias, podendo o aluno construir o seu conhecimento para a vida.

No ciclo de alfabetização, organizado em três anos, os alunos do 1º ano devem ser capazes de:

- Desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura
- Conhecer os usos e funções sociais da escrita
- Compreender o princípio alfabético do sistema de escrita
- Ler e escrever palavras e sentenças

Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular dos Ciclos de Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na organização curricular dos anos iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidas de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada.

A Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal.

O ensino religioso, com aulas especializadas ou não, devem reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

Em todos os anos escolares são trabalhados os descritores conforme a matriz de referência para a avaliação da alfabetização e letramento.

O desenvolvimento de a educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades.

A nossa Escola terá como base as seguintes competências educativas:

Habilidade no uso da língua oral e escrita

No espaço escolar devem ser privilegiadas as situações de uso da oralidade e da escrita de formas variadas e significativas: oportunidades de expressar ideias, questionar, avaliar, verbalizar sentimentos, ter acesso a diversos padrões de escrita. Essas situações constituem elementos essenciais para a formação do leitor e escritor, condição fundamental para o pleno exercício da cidadania.

Capacidade de buscar soluções para os diversos problemas

A resolução de problemas é uma competência exigida do homem desde os tempos mais remotos, em toda a vida. É a necessidade de resolver problemas nas mais diversas situações que mobiliza o ser humano à busca e produção do conhecimento. A construção de um brinquedo, a elaboração de um texto, uma experimentação, toda e qualquer atividade, deve constituir-se como um problema, mobilizar o interesse em testar hipóteses, envolvendo criatividade, criticidade, raciocínio, num processo desafiador.

Capacidade de lidar com pessoas e situações com autonomia e equilíbrio

O processo coletivo de elaboração de regras, de distribuição do poder, de busca de soluções para os conflitos, de trocas de pontos de vistas, possibilita a construção da autonomia moral e intelectual, meta de grande importância no trabalho de formação humana.

Domínio das diversas linguagens

As linguagens apresentam-se envolvendo as dimensões globais do sujeito (corpo, emoções, pensamento, padrões estéticos, conhecimentos físicos e lógicos). Neste sentido, as experiências ligadas às linguagens plásticas, dramáticas, corporais e musicais devem cotidianamente ocupar o cenário escolar, pois revelam uma dimensão intuitiva e sensível do conhecimento, contribuindo para a percepção e criação da realidade cultural.

#### **4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES**

A escola atual é resultado de experiências de anos e anos e vem sofrendo transformações frequentes.

Conforme o homem evolui e a tecnologia a Escola necessita de transformações em sua estrutura, tanto física quanto organizacional. A arquitetura pode parecer irrelevante, porém, tais espaços instituem relações entre aqueles que o ocupam.

Este espaço é o cenário dos acontecimentos é onde se desenrolam os tempos em uma instituição de ensino. Tempos este que devem ser muito bem demarcados para sustentar as necessidades da escola atual.

A Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, organiza seus espaços e tempos no sistema de ciclos, atendendo a demanda do 1º ao 5º ano de escolaridade.

Estes cinco anos de escolaridade são divididos em dois ciclos: Ciclo da Alfabetização (com duração de 3 anos de escolaridade) e o Ciclo Complementar (com duração de 2 anos de escolaridade).

A escolha dos profissionais para atuar nas turmas dos ciclos deve levar em conta:

- Sua experiência e reconhecimento social como alfabetizador bem sucedido e se por ventura seja um profissional que esteja iniciando sua carreira, deve ter gosto e vontade de atuar na alfabetização (Em ambos os casos o profissional deve ter consciência de que deverá seguir sua turma até o final do ciclo).
- Mediante ao curso oferecido pelo MEC – “Pacto pela Alfabetização na idade certa”- o profissional Alfabetizador do 1º ao 3º ano de escolaridade deve estar vinculado ao Censo do ano anterior (2012) para efetivar sua capacitação e dar assim suporte aos educandos.
- Sua experiência e interesse em atuar no Ciclo Complementar de Alfabetização; buscando sempre explorar ao máximo as habilidades e competências já adquiridas pelo aluno no ciclo I e acrescentar as habilidades que competem ao Ciclo Complementar.

A Escola com funcionamento em dois turnos dedica um horário reservado para os dois turnos para re - ensino e reaprendizagem para os alunos que necessitam de apoio na aprendizagem. Horário extra turno.

A carga horária anual do aluno é de 800 horas com módulos semanais de 25 horas, módulo aula de 50 minutos contendo o ano letivo de 200 dias letivos.

O conselho de ciclo ao final de cada bimestre letivo tem por finalidade discutir, refletir, avaliar, planejar, diagnosticar, acompanhar, formar, construir, alterar relações e práticas escolares.

O espaço físico da Escola embora acolhedor e cuidadosamente adaptado para o bom desenvolvimento do aluno é bastante limitado. É compreendido por seis salas de aula, secretaria, sala de direção, biblioteca, laboratório de informática, quatro almoxarifados, cozinha, refeitório, área coberta para apresentações, comemorações cívicas, aulas de educação física.

As aulas de reforço extra turno acontecem na sala dos professores ou na Biblioteca e é ministrada pela professora eventual, supervisora e professora readaptada (professor de apoio).

Hoje em dia há um grande interesse da sociedade e faz parte das metas do PNE (Plano Nacional de educação) a implantação do Tempo Integral nas escolas públicas. Cujos motivos são muito bem colocados por Ana Maria Cavaliere que diz:

Ao longo do século XX, o tempo de escola no Brasil vem sofrendo lenta mudança sem sua definição, a qual tende a ser compatibilizada com um novo tempo social baseado na cultura urbana. Esta última traz a escolarização em massa, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a eliminação do trabalho infantil e a regulamentação das relações de trabalho. Hoje o tempo de escola é determinado por demandas que podem estar diretamente relacionadas ao bem estar das crianças, ou às necessidades do Estado e da sociedade... (CAVALIERE Ana Maria 2007, p 1015-1035).

Embora o aumento da carga horária dos alunos da E. M. Comendador Lindolfo de Souza Dias, ou seja, a implantação da jornada integral, seja um sonho de muitos pais e da comunidade escolar como um todo, sabe-se que é um sentimento platônico, visto que o espaço físico da Escola não tem estrutura para que este sonho se concretize.

Consideramos que "... preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da Escola, e o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização (Ana Maria Cavaliere



2007”), portanto há muito que a SEMEC fazer em nossa Escola antes de realizarmos o sonho do tempo integral.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

A gestão democrática surge como possibilidade de aniquilar o autoritarismo enraizado no processo educativo no interior das escolas. Propor uma gestão democrática na escola é inferir autonomia à escola, que segundo Paro (2004, p.11) “[...]significa em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados como os interesses da comunidade”. E sim se dará por conquista dos interessados, desta forma tornam-se cada vez mais necessárias mudanças no processo de autoridade no interior da escola. Tal

afirmação nos leva a crer que a mudança no processo de autoridade no interior da escola se dará por força das conquistas obtidas pelos próprios interessados, ou seja, os partícipes das escolas. A instrumentalização desses partícipes é um aspecto relevante no processo de democratização da escola. Freire (2004) observa.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer neste sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que são o assumir esses pais democraticamente. (FREIRE,2004,p.7)

No ano de 2010, houve o processo de eleição de gestores nas escolas municipais, onde todos os membros da comunidade escolar tiveram direito de voto conforme a legislação vigente do município que da abertura tanto para o processo como para a livre indicação do prefeito.

A partir do ano de 2013, houve um retrocesso, passando a ser a escolha do gestor por indicação política do prefeito. Portanto o que prevalece é uma relação hierárquica, mas com a democracia e autonomia no processo de decisão das escolas, atuando com conselho escolar e conselho de ciclo.

#### Dos Conselhos de Ciclo

O Conselho de Ciclo é um Órgão Colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva no processo ensino-aprendizagem.

São finalidades dos conselhos de Ciclo: discutir, refletir, avaliar, planejar, diagnosticar, acompanhar, formar e construir, alterar relações e prática escolares.

Compete-lhe servir de fórum de discussão para definir sobre:

- I. Objetivos a serem alcançados em cada componente curricular, por ano;
- II. Metodologias e estratégias de ensino;
- III. Critérios para seleção dos conteúdos curriculares;
- IV. Projetos coletivos de ensino e atividades;
- V. Formas de acompanhamento dos alunos durante o período letivo;
- VI. Critérios para apreciação do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer da série e para informações aos pais e/ou responsáveis;
- VII. Proposta curricular diversificada e inovadora dos alunos;

- VIII. Adaptação curricular para os alunos com necessidades e especificidades educacionais, inclusive as necessidades especiais.
- IX. Classificação, reclassificação e o avanço escolar.

O Conselho de Ciclo é constituído por todos os professores das turmas, alunos representantes de turma, pessoal técnico, especialista da educação e pelo diretor ou outro profissional por ele indicado, que coordena o Conselho.

Sempre que for necessário, o Conselho de Ciclo pode convidar alunos e pais para participar de suas reuniões.

A Escola promove um mínimo de 04 (quatro) reuniões do Conselho de Ciclo ao longo do ano letivo ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário.

As reuniões realizadas devem ter o objetivo de discussão para definir, após análise do processo ensino-aprendizagem, a reformulação de currículos, pesquisas de metodologia, elaboração de projetos, classificação ou reclassificação de alunos, esclarecimentos e definições de alunos em situações limítrofes, encaminhamento de alunos ao atendimento especializado, atenção às transferências e remanejamentos.

Cabe à Direção da escola assegurar ao Conselho de Ciclo as condições mínimas para seu funcionamento.

A organização dos horários de realização das reuniões deve ser feita de modo a permitir que todos os seus membros efetivos participem em especial os professores, considerando-se que não existe professor dispensável no processo de avaliação coletiva do aluno e do trabalho pedagógico da escola.

A constituição, as competências, o funcionamento e demais normas dos Conselhos de Ciclo estão contidos em anexo próprios.

A criação do Conselho Escola pode contribuir de várias formas para democratizar as relações no ambiente escolar; pois ele é o instrumento que supõe o compartilhamento do poder e, desse modo, a ação conjunta descredencia o individualismo tão presente na gestão de nossas escolas públicas.

A Gestão da escola passa a ser, então, o resultado do exercício de todos os componentes da Comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo PPP construído coletivamente. A participação é um direito e um dever de todos que integram uma sociedade democrática.

A ação da gestão democrática participativa abre o canal para a participação da Comunidade, assim a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade e passa a acontecer como uma Comunidade educativa, interagindo substancialmente com a sociedade civil.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

O importante é salientar que a participação é uma prática que não se dá de modo espontâneo é algo que faz parte de um processo de construção coletiva. Uma gestão participativa que inclua a participação da comunidade. O trabalho na Escola Comendador Lindolfo de Souza Dias, procura ser organizado com base em relações verticais. Mecanismos de ação coletiva como a APM (Associação de Pais e Mestres) e o Conselho escolar. Para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização de alguns elementos como a eliminação do autoritarismo centralizado; a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças a eliminação do binômio dirigente/dirigido; a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia -a -dia.

## **7. AVALIAÇÃO**

A função central do eixo avaliação deste projeto político pedagógico é a de obter informações sobre os avanços e as dificuldades da Escola de modo a permitir ao gestor e seus cogenitores fundamentos para planejar e relampejar o documento. Como tal, deve ser instrumento de investigação, cabendo ao gestor estar sempre encontrando mecanismos avaliativos para as diversas faces a ser investigada.

A escola deve se organizar para construir um processo de avaliação institucional, a partir do planejamento participativo, ou seja, envolvendo o Conselho Escola. Isto deve ter como ponto de partida o aluno, mas a avaliação institucional não se esgota nos elementos que podem ser observados diretamente nos alunos, é preciso considerar, também aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico.

A avaliação institucional deverá ampliar a o controle social, pois quando a Escola se dispõe a pensar sobre si mesma, avaliando o conjunto dos elementos e ações que a constituem , levantando e socializando informações sobre si, ela expõe

a sociedade, ou seja, ela permite que a sociedade destinatária final do trabalho escolar e sua mantenedora maior acompanhe.

A avaliação dos funcionários da Escola tanto do quadro administrativo como pedagógico será feita conforme mecanismo instituído pelo Plano de Cargos e Carreira dos funcionários do município, por comissão instituída pelo poder executivo do município com base na observação do gestor da unidade. Esta avaliação acontecerá em período de três em três anos acarretando progressão na tabela de vencimentos do servidor.

A avaliação dos alunos deve ser compreendida, na Escola, como parte integrante do processo pedagógico, tendo como objetivo identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas, sendo sistemática, contínua, diagnóstica e qualitativa.

Os alunos serão avaliados considerando os conteúdos convencionais, classicamente ministrados pela Escola, e também habilidades e atitudes.

Para que se respeite o ritmo, as peculiaridades e necessidades de cada um no ato de aprender e fazer as devidas intervenções, o professor deverá fazer o diagnóstico inicial, identificando o nível de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do aluno. Também fará o registro das observações realizadas durante o ano letivo sobre as dificuldades e avanços de cada aluno, para orientar a programação de seu atendimento.

Para acompanhar o desenvolvimento dos alunos, o professor, além de estar atento às dificuldades apresentadas no dia-a-dia e planejar atividades de acordo com as observações realizadas, deverá utilizar-se de instrumentos avaliativos, tais como: avaliação diária com registro, se necessário, atividades de casa, trabalhos em grupo, pesquisas, entrevistas, avaliação bimestral.

Os alunos serão avaliados quanto à aquisição de conhecimentos dos conteúdos básicos de cada disciplina específica, conforme descrição na Ficha de Acompanhamento do Aluno e também serão observados nos seguintes aspectos: responsabilidade, compromisso, criatividade, iniciativa, cooperação, participação, pontualidade, assiduidade, tendo em vista a reorientação.

Além da avaliação diária e observações das atividades, pesquisas, entrevistas realizadas pelos alunos, o professor de cada turma deverá realizar, sistematicamente, uma avaliação, no mínimo, por bimestre, na data que considerar oportuna e conforme planejamento anual da escola. Após análise dos resultados o

professor deverá propor ao aluno que refaça essas atividades como forma de aprendizagem e replanejamento de suas ações para superação das dificuldades detectadas.

Os pais serão comunicados formalmente quanto à frequência e o resultado do aproveitamento escolar de seus filhos ao final de cada bimestre e, oportunamente, nos casos em que se fizer necessário, conforme consenso entre professor e supervisor. Utilizando de registros os conceitos informando-lhes quais as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado lhe serão oferecidos pela escola.

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as dimensões cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem.

A avaliação do aluno deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- O atendimento diferenciado aos alunos;
- As adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

A escola assessorada pelos especialistas da educação deve criar estratégias para a organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

As estratégias de atendimento diferenciado previstas na Proposta Política Pedagógica e divulgadas amplamente na comunidade, em reuniões de pais e do Conselho Escola são as seguintes:

- Oficinas de reestruturação e produção de texto, leitura e interpretação, acompanhamento de grupos de alunos conforme a necessidade específica.
- Acompanhamento das eventuais em apoio ao professor para o trabalho de recuperação paralela.
- Atividades diversificadas conforme a necessidade específica de aluno.

➤ Projeto de Alfabetização e Letramento no turno (professor de apoio).

Nos 4º e 5º anos revezamento da turma na aula de Informática conforme o grau de dificuldade das crianças (Português e Matemática).

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados dos Programas de Avaliação externa devem ser considerados no planejamento didático.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho.

A avaliação do processo de aprendizagem é baseada em objetivos educacionais definidos para cada ano e ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Os resultados das avaliações nos Ciclos da Alfabetização e Complementar são apresentados utilizando-se conceitos.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes, trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros, devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores, avaliados e validados pelos especialistas, de acordo com o currículo desenvolvido.

A auto - avaliação do aluno deve ser adotada por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Ciclo, da Direção e Especialistas da escola, para fins de reorientação e encaminhamento devido.

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante. NAVARRO, 2010, p.38-40



O Conselho de Ciclo deve realizar a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Os estudos de recuperação são de caráter obrigatório, tendo como consequência o processo de avaliação continuada.

Os estudos de recuperação são, preferencialmente, paralelos é processo para garantir ao aluno a superação de suas dificuldades.

O professor, em conjunto com o Conselho de Ciclo, deve acompanhar o desenvolvimento do aluno, avaliando-o no processo, para fins de prosseguimento dos estudos.

A progressão continuada dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos.

Ao final de cada Ciclo, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário.

Vencidas as dificuldades, os alunos são integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Devem se envolver no processo de avaliação da aprendizagem os profissionais mais próximos ao aluno, na sequência: professora, supervisora e diretora, eventual ou professora recuperadora se for o caso.

Os alunos que necessitam de acompanhamento diferenciado são agrupados de acordo com as necessidades específicas de cada conteúdo ou mesmo nível de escolarização.

Os alunos que estão em defasagem no processo de aprendizagem deverão ser trabalhados nos seguintes aspectos:

- Trabalhos em grupo (dentro e fora da sala de aula) pela professora regente, supervisora e eventual/recuperadora;
- Atividades de registro individual no cotidiano de sala de aula;
- Produzir textos e reestruturá-los com técnicas variadas a fim de desenvolver a interpretação e a escrita;
- Produção de textos individual e coletiva nas diversas disciplinas;
- Trabalhar livros literários, jogos, atividades diversificadas que envolvam o raciocínio lógico de acordo com o nível de aprendizagem;

- Atividades de leitura silenciosa, em voz alta, individual e coletiva (pelo professor regente e pelo eventual/recuperadora).

A recuperação extra - turno ocorre para os alunos que têm facilidade de retorno à escola, sendo acompanhado pela eventual, conforme os horários estabelecidos para os grupos de dificuldade. No caso de falta de professores o professor eventual assume a sala ficando assim suspenso o reforço.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cada vez mais os educadores propagam a necessária aproximação entre a escola e a vida lá fora. O desafio é diminuir a distância entre o que se ensina na sala de aula e a realidade cotidiana, com suas riquezas e contradições.

A cidadania em foco na nossa proposta significa dizer que as ações expressas devem ter como reta de chegada o homem em sua plenitude. Com a competência de atuar, opinar, participar, tomar decisões, lutar pelos direitos conquistados.

Esperamos com este Projeto Político Pedagógico, tornar a Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, uma instituição cada vez mais sistematizada a fim de ser um espaço formador e transformador da sociedade onde se localiza , respeitando sempre o direito do aluno, do servidor e da comunidade atuando de forma democrática e servindo como ponto de referência como sendo local onde se exerce a cidadania.

## REFERÊNCIAS

**CAVALIERE**, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Território e Lugar: espaços da complexidade**.

Disponível

[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/texto01\\_territorio\\_e\\_lugar.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/texto01_territorio_e_lugar.pdf)

Renata Pekelman, Alexandre André dos Santos. Acesso em 29 de abril de 2013.

**FREITAS**, Luiz Carlos de. Ciclo ou série? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos – espaços da escola.

Plano de Cargos e Carreira do Município de Machado.

**NAVARRO**, Ighes Pinto. **Conselho Escolar e a aprendizagem na Escola MEC/SEB, 2004**, p.38-40-Disponível em <<http://moodle3.nec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 29.04.2013.

**SOUZA**, Ângelo Ricardo. **Caderno 4 da Coleção Gestão e avaliação da Escola – UFPR**, 2005 p. 32 - 42.